

D-11222-4 – Governador Valadares – contorno até ponte rio Suaçuí;

D-11223-2 – BR-116 – travessia Governador Valadares – Km 378 a 433.

Este é o resumo do meu trabalho parlamentar nesses três anos do meu primeiro mandato, e por ele eu respondo em quaisquer circunstâncias.

Sei que há muito por fazer e não temo a crítica dos que fazem da intriga sua principal arte, pois somente os que realmente participam das lutas políticas que nesta Casa se travam sabem o que significa apresentar este rol de emendas, acompanhá-las e aprová-las. Somente os que colocam os interesses do povo, que reafirmam, acima de seus próprios interesses, sabem o que significa acompanhar a transformação dos recursos conseguidos nos verdadeiros e legítimos fins a que se destinam, como ocorre, com transparência, nas obras que essas emendas estão tornando possíveis.

Somente esses, os que ousam enfrentar intrigas e maledicências de interesses contrariados, os que aceitam o desafio das mudanças de mentalidade e de métodos de trabalho, os que enfrentam todo tipo de desgaste no seu compromisso para com as comunidades que representam, entenderão o significado deste agradecimento aos que estão realizando sonhos de trinta anos, obras e asfalto que não pertencem a nenhum político, por mais que por elas tenham trabalhado; pertencem ao povo que com elas sonhou, por elas sofreu, reivindicou, lutou.

Repetindo o poeta que diz: "Toda luta vale a pena, se a alma não é pequena", eu me dirijo ao meu Vale do Rio Doce para dizer que continuo a luta em defesa dos interesses de nossa região, e com alma grande, a voz cada vez mais forte e a coragem dos que podem se apresentar diante de seus filhos, de sua família, de seus amigos, companheiros, correligionários ou adversários e dizer que um trabalho realizado com objetivos definidos, propósitos honestos e muita determinação.

Foi um trabalho árduo, difícil, penoso, mas extremamente gratificante. As críticas foram pesadas, mas os resultados para minha região compensaram. Esse trabalho, repito, é fruto do apoio da comunidade, dos colegas Deputados, do Governo de Minas. Sem essa união, não teríamos nunca atingido os objetivos propostos.

O sofrido povo de minha região, hoje, acredita mais, acredita sobretudo em sua potencialidade. Sabe separar o joio do trigo, e sua memória não é curta, como muitos podem pensar.

Esta é a verdadeira história do asfaltamento da BR-381 e da BR-259, no leste de Minas. Não me abaterão o ânimo os que se valem de publicações sectárias de profissionais de imprensa desinformados ou até daqueles cujas palavras servem aos que mais lhe pagam, para tentar deturpar os fatos.

Confio no julgamento do povo sobre minha participação efetiva no processo de desenvolvimento da região que represento e, reafirmando meus sinceros agradecimentos aos que tornaram possível as pequenas vitórias do leste mineiro, por nosso intermédio, reafirmo também meu compromisso de luta, com esperança e fé no futuro.

Deus está presente neste compromisso e nesta luta.

Caminhemos juntos.

Era o que tinha a dizer.

O SR. FRANCISCO RODRIGUES (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, conforme definido na Constituição Federal, a segurança pública é dever do Estado, para a qual contribui, de modo preponderante, a Polícia Federal.

O combate ao crime organizado é tarefa primordial da Polí-

cia Federal, instituição diretamente vinculada ao Ministério da Justiça.

Além do combate ao crime organizado, a atuação da Polícia Federal torna-se imprescindível no contexto do aparato policial à disposição da sociedade civil, destinado a colaborar com as autoridades, legal e legitimamente constituídas, na administração dos conflitos sociais que explodem diariamente nos mais variados pontos do território nacional.

Acredito que nesta Casa todos nós, representantes do povo brasileiro, estamos conscientes da importância e da necessidade dos serviços prestados à Nação pela Polícia Federal.

Entretanto, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, esta categoria profissional de servidores públicos tem a sua reivindicação de equiparação salarial aos vencimentos dos policiais civis do Distrito Federal sistematicamente adiada por inexplicável decisão do Governo Federal.

Por que é inexplicável a recusa do Executivo com relação ao tratamento isonômico dos vencimentos dos policiais federais?

Ora, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a mesma legislação que ampara, legal e legitimamente, a remuneração dos policiais civis do Distrito Federal é do inteiro e perfeito conhecimento do Ministério da Justiça e da Secretaria de Administração Federal, da Procuradoria-Geral da República e até da Casa Civil da Presidência da República.

A farta troca de correspondência, sobre o tema em pauta, entre os titulares das instituições acima referidas não deixa sombra de dúvida quanto ao contraditório comportamento do Executivo no que tange às propaladas intenções de tratamento isonômico entre os servidores do Estado.

Por isso mesmo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, é que exigimos a ação imediata do Executivo na busca de uma solução urgente para esta questão de equiparação salarial dos policiais federais aos policiais civis do Distrito Federal.

Afinal, o que pedem os policiais federais é simplesmente o cumprimento da lei, tarefa para a qual foram recrutados e devidamente formados e treinados pelo próprio Executivo, que se recusa a cumpri-la, ainda que se trate da vilipendiada legislação trabalhista brasileira.

Era o que tinha a dizer.

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB – SP). Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, mais alguns dias e o Brasil acordará com uma nova moeda, o real. Com a emissão razoavelmente lastreada e dosada dessa nova moeda, com o fim da indexação automática de contratos inferiores a um ano e com um relativo equilíbrio das contas públicas, a inflação poderá cair drasticamente e a economia ingressar numa fase decisiva da luta pela estabilização.

É certo que será imprescindível, no próximo Governo, uma quarta fase, de consolidação da inflação baixa, pois vencer duramente a superinflação é tarefa para dois ou três anos. Para o país, no entanto, a recompensa pelos sacrifícios será extraordinária: crescimento sustentado da produção e do emprego, aumento dos salários reais e do consumo, ampliação das receitas governamentais e das despesas públicas com educação, saúde e transporte coletivo. Ou seja, derrotada a superinflação, será possível recolocar o Brasil na trajetória de uma nação próspera e socialmente mais justa.

A maioria dos brasileiros, no entanto, aguarda o real com ceticismo. É uma desconfiança compreensível. Desde o segundo semestre de 1979, pelo menos dez planos disparados contra a inflação brasileira fracassaram. Por que o plano 11º iria dar certo? É a pergunta que muitos se fazem. É uma desconfiança semelhante à

que incomoda os fãs de Elizabeth Taylor, toda vez que se anuncia um novo casamento da atriz. Afinal, trata-se do sétimo ou oitavo compromisso. Por que, agora iria dar certo?

É importante, porém, esclarecer que as condições econômicas para o sucesso do Plano Real são mais favoráveis do que as existentes por ocasião do Plano Cruzado ou do Plano Collor, por exemplo. Para começar, o país dispõe agora de imensas reservas de divisas e goza de uma situação incomparavelmente mais confortável no balanço de pagamentos. A dívida externa com os bancos privados foi renegociada em condições aceitáveis e os entendimentos com os bancos credores oficiais e com o FMI prosseguem satisfatoriamente.

O déficit público é potencialmente menor do que nas ocasiões anteriores (no começo de 1990, o déficit potencial estava próximo dos 10% do PIB). Por outro lado, a segunda fase do plano, a da URV, serviu para permitir uma maior sincronização dos reajustes de preços e salários pela inflação corrente (do próprio mês), circunstâncias que favorecem a desaceleração inflacionária. E é preciso admitir que, hoje, existe no país um cansaço mais intenso e mais generalizado com a superinflação.

Os fatores que podem prejudicar o Plano Real são de natureza política. Primeiro, a torcida pelo quanto pior melhor de partidos, candidatos ou setores da mídia. Por rivalidades eleitorais ou pela competição paranóica para ser o primeiro veículo de comunicação a anunciar um possível fracasso por atencipação. O Segundo, a eventual escorregão do Governo que prejudique a austeridade fiscal e monetária necessária à estabilidade.

O primeiro fator, porém, não tem grande peso. Pode açular o pessimismo de trabalhadores manuais e assalariados de classe média, mas eles não têm culpa pela inflação, nem podem (mesmo que quisessem) acelerá-la. Não têm o poder de decidir sobre preços, nem sobre variáveis que influenciam indiretamente os preços. Como gasto público, a política monetária, a exportação de capitais ou as manchetes de jornais.

As expectativas que pesam, de fato, são as das elites, compostas por empresários, políticos, dirigentes sindicais, intelectuais e jornalistas, quaisquer que sejam seus credores ideológicos e suas opções políticas. Essas elites, no entanto, têm a possibilidade (e a obrigação) de entender por que, no caso do atual, as condições de êxito são melhores do que nos planos anteriores. E já tiveram tempo suficiente para perceber que, a médio e longo prazos, o descontrole inflacionário acaba virando um jogo de soma zero ou negativa para elas próprias.

Quanto ao segundo fator, é razoável esperar que não ocorra, pois seria fantástico que o Governo, quando está prestes a vencer uma etapa decisiva da corrida pela estabilização, disparasse um tiro no próprio pé. O presidente Itamar tem a oportunidade histórica de encerrar seu mandato com uma vitória contra a superinflação, que seus três antecessores não conseguiram. Por que iria desperdiçá-la?

É por esses motivos combinados que o Plano Real, apesar de ser o 11º, pode dar certo. Percebendo-o, seus adversários andam desenterrando, sem muita imaginação, o tolo e gasto argumento de que ele não passaria de um "estelionato eleitoral".

Essa expressão nasceu depois do fracasso do Plano Cruzado. Supõe-se que descreve a seguinte seqüência: o país entra num ano eleitoral; a inflação é insuportavelmente alta; o Governo aplica um choque antiinflacionário; esse choque faz a inflação retroceder e cativa o eleitorado; as forças políticas vinculadas ao Governo ganham a eleição; o plano que não tinha consistência, naufraga depois de alguns meses e a inflação retorna com fôlego, mas, a essa altura, Inês é morta e a eleição já foi ganha pelos estelionatários.

Essa seqüência de uma ingenuidade que faz a velhinha de Taubaté parecer o velho Niccoló, não se aplica perfeitamente sequer ao Plano Cruzado, para cuja derrocada wagneriana, além do populismo da Aliança Democrática, contribuíram de forma decisiva as restrições externas e o Cruzado 2, feito após as eleições.

Mas, no caso do Plano Real, a falsidade é patente.

Quem forçou a adoção de um novo plano de estabilização foi a chamada "sociedade" e os partidos de oposição ao Governo; veja-se (sem trocadilho) a cobrança implacável da imprensa no último trimestre de 1993, bem como os discursos e as entrevistas de dirigentes políticos, por exemplo, do PT. Curiosamente, as pressões mais fortes contra a aplicação de um programa de estabilização num ano eleitoral surgiram de setores do PSDB, temerosos de que a proximidade das eleições prejudicasse o plano e as forças do Governo nas urnas. Se a idéia do plano prevaleceu, foi porque a atitude de "não fazer nada" aparecia como desestabilizadora do processo eleitoral e, mais amplamente, da democracia.

Aliás, a vontade nacional de que houvesse um programa contra a inflação era tão forte que o Plano Real foi elaborado e executado às claras, sem choques nem confiscos. Não era isso que a "sociedade" pedia? Alguém duvida que o Plano Real desanuviou o horizonte político e garantiu o desenvolvimento do processo eleitoral, fixando um norte que permitiu ao país caminhar de novo?

Outro aspecto notável das catilinárias dos opositores é a ausência de críticas consistentes, que apontem alternativas. Os reparos gritados nos palanques restringem-se a bobagens do tipo: "o plano é recessivo", "favorece os ricos" etc. Como se a superinflação fosse desenvolvimentista e redistribuísse a renda dos ricos para os pobres.

Há outras críticas mais consistentes, como a formulada pelo Deputado Roberto Campos, para quem são indispensáveis reformas constitucionais profundas como condição prévia para a estabilização. O defeito da crítica é misturar os tempos e condenar o país ao imobilismo. Se o ex-ministro do Governo Castello Branco tivesse razão, nem o Plano Shekel (de Israel), nem o Plano Cavallo (da Argentina) teriam funcionado, pois as mudanças mais sérias aconteceram impulsionadas em grande medida pelo êxito inicial da contenção da inflação. Isto é o que se espera que ocorra também no Brasil.

O então ministro da Fazenda Fernando Henrique teve a audácia prudente de lançar o Plano Real (e a sorte de ter Rubens Ricupero como seu sucessor). Audácia porque agiu em condições políticas muito difíceis e sabendo que, até ser lançada a nova moeda, a inflação em cruzeiros reais se aceleraria. E prudente porque o plano não contém riscos comparáveis aos do Cruzado ou do Plano Collor, por exemplo.

É possível que essa audácia prudente lhe traga benefícios eleitorais se o plano começar a dar certo. Mas o contrário é falso; ou seja, o plano não foi feito para ganhar a eleição. Truque por truque, o estelionato mais cômodo seria omitir-se até as eleições para não correr riscos, como tantos estão fazendo.

Facciosismo à parte, a verdade é que o Plano Real pode dar certo — e merece dar certo para livrar o Brasil de anos de infortúnios e desassossego. Que, no Dia do Real, o país se levante com esperança e garra para começar a escrever um capítulo novo de sua história.

O SR. JOÃO MENDES (PTB - RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Deputados, a Secretaria de Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro, em conjunto com o Município de Itaguaí, a Petroquisa e a PetroRio, está elaborando o Plano Diretor da Zona de Processamento de Exportação - ZPE, de Itaguaí.